

Intelectuais da pós-graduação em educação: desafios da formação à ação.

Prof^a Dr. Bruno Bontempi Jr. (Universidade de São Paulo).

O tema desta mesa suscita uma questão preliminar, que transforma em problema justamente a associação entre a pós-graduação e os intelectuais, expressa na primeira parte do título: “os docentes e discentes da pós-graduação são, necessariamente, intelectuais?”. Uma resposta afirmativa e perplexa diante da aparente inutilidade dessa questão seria dada por quem considerasse como exclusivamente válida a acepção “profissional”, ou seja, a que define o intelectual como um especialista da palavra e da escrita, da reflexão, do manejo de símbolos, enfim, de um espectro de ocupações que certamente integra a profissão de docente universitário e pesquisador. A pergunta começa a fazer sentido, entretanto, se admitimos que tal acepção raramente figura com tal singeleza nos discursos dos próprios intelectuais e nos de seus críticos. Aparece, sim, sempre fundida e confundida com as acepções que definem esta personagem em razão de uma posição institucional relativa às classes sociais e ao poder, ou de uma “vocalização”. Certamente não se gastaria tanto latim e tanta tinta sobre isto, tampouco seria tema desta mesa redonda, se o estatuto de intelectual não fosse muito mais problemático do que naquela primeira definição e, principalmente, se ao menos desde os escritos carcerários de Gramsci essa categoria não fosse considerada essencial para o funcionamento da sociedade moderna (Said, 2005, p.25).

Para Gramsci, deve-se procurar a definição do intelectual no sistema de relações no qual as suas atividades se encontram no conjunto geral das relações sociais. Assim, afirma que “todos os homens são intelectuais [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”, ou seja, a função dirigente, organizadora da classe a que se vinculam de um modo orgânico. Gramsci completou essa famosa e muito citada frase com uma nota de rodapé, que, talvez pelo tom prosaico seja sempre omitida: “do mesmo modo, o fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate” (p.10). Ao se inverter o sentido revolucionário da formulação original, que incluía o operário no projeto de criação de uma nova camada intelectual para a luta hegemônica, é possível formular esta paródia: “o fato de que alguém possa em determinado momento redigir e defender uma tese ou publicar um artigo em periódico qualificado não quer dizer que todo mundo seja intelectual”.

À maneira de Gramsci, considero que essa ampliação do conceito, em vez de impedir qualquer tentativa de análise, permite o melhor exame da situação concreta em que os intelectuais da pós-graduação em educação se defrontam com os dilemas concernentes ao papel social que supostamente deveriam desempenhar. É evidente que a organização do evento e eu admitimos que a expressão “intelectuais da pós-graduação em educação” significa mais do que o conjunto de especialistas que se ocupa desta área do conhecimento humano, posto que a questão implícita na segunda parte do título, “*quais* são os desafios do intelectual, da formação à ação?” não faria sentido se os “desafios” da “categoria” fossem simplesmente técnicos, ou seja, profissionais, de modo que cada um de nós precisasse ser advertido de que

tem de terminar a tese, preparar-se para um concurso ou redigir uma conferência. Imagino que os presentes a esta sessão tenham a expectativa de nos ouvir falar de uma aceção de intelectual que supera a classificação sócio-profissional e que alcança o grau de generalidade de uma categoria sociológica e ou a universalidade de um problema ético. É isto o que pretendo fazer aqui, expondo primeiramente o que entendo como intelectual, para em seguida considerar quais são as dificuldades que o funcionamento do campo acadêmico, ou seja, o ambiente mais estreito em que trabalhamos e nos relacionamos, tem oposto ao exercício da “vocação” intelectual.

Edward Said, nas seis Conferências de Reith, de 1993, mais tarde publicadas no livro *Representações do Intelectual* (2005), não se detém em definições sociológicas, embora certamente as considere, mas dedica-se ao exame crítico da dimensão ética e existencial dessa condição. Interessa-se pelo intelectual como “alguém que representa um certo ponto de vista, [...] que articula representações a um público” e que “não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses”. Para ele, “os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão. E essa vocação é importante na medida em que é reconhecível publicamente e envolve, ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade” (p.26-27). Afinal, completa Said, sua razão de ser consiste em “representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. Assim, o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas” (p.26).

A distância entre esta representação e o efetivo desempenho das funções intelectuais na sociedade contemporânea é evidente e não deixou de ser postulada e discutida, evidentemente, por intelectuais, que frequentemente se encarregam de fazer a própria crítica. Não poderei fazer melhor, nestas poucas linhas, do que os autores dos capítulos que integram o livro organizado por Adauto Novaes, sugestivamente intitulado *O silêncio dos intelectuais* (2006), mas é importante apontar alguns fatores de natureza estrutural e ideológica que têm dificultado o exercício da função representativa ideada por Said. Antes de tudo, aponto como fator inibidor o encolhimento do espaço público, ambiente por excelência da atividade do intelectual, que poderia também ser interpretado como a monopolização dos canais de manifestação e dos meios de formação da opinião pública por empresas jornalísticas de alta rentabilidade e controladas por oligopólios influentes na economia e na política dos Estados. Nessas organizações viceja o trabalho ideológico dos “intelectuais orgânicos”: jornalistas, publicitários, diretores de programação etc. Uma estrutura como essa, azeitada para funcionar no mercado e tendo, na liderança, empresários diretamente interessados na manutenção do estado de coisas que lhes permite a expansão dos negócios, é, por certo, um ambiente pouco

propício para a sobrevivência de um pensamento livre e crítico, uma vez que, se o intelectual torna-se empregado de uma indústria de informação, diz Wright Mills (1969, p.169), “seus objetivos gerais devem naturalmente ser determinados pelas decisões de outros, e não por sua própria integridade”.

Outro fator inibidor do potencial de representação do intelectual contemporâneo é de natureza ideológica e foi expresso da maneira canhestra, porém eficaz, como “fim das ideologias” ou, ainda, “fim da história”. A festejada “queda do muro”, seguida da propagação do pluralismo democrático à americana e da identificação, como problemática central de uma geopolítica futura, das incompatibilidades culturais entre o Ocidente e o Oriente (Wallerstein, 2007), e, mais recentemente, a explosão do estado de guerra global permanente, com a divisão maniqueísta entre o “Bem” e o “Eixo do Mal” e a disseminação do “espectro da vulnerabilidade” sobre todo o planeta (Bauman, 2008, p.127), puseram em cheque as opções convencionais de engajamento intelectual. Trocando em miúdos, fomentadas no campo epistemológico pelo avanço do relativismo radical, as identidades forjadas pelo chamamento a causas e metas comuns, tais como o antigo lema “liberdade, igualdade, fraternidade” ou, ainda, a utopia de uma sociedade sem classes, foram substituídas por “identidades plúrais” que facilmente se tornam meras identificações “epidérmicas”, as quais, quando muito, toleram a coexistência do diferente, ou a grupos religiosos que, protegidos por Estados lenientes e pela pressuposição disseminada de que a fé seja algo especialmente vulnerável a ofensas e deva ser protegida por uma “parede de respeito” bem mais espessa do que a que protege os seres humanos comuns, entregam-se à regressão raivosa do fundamentalismo (Dawkins, 2008, p.45).

Quero, todavia, destacar um aspecto da realidade social contemporânea que toca mais diretamente a nós, na pós-graduação. Adicionando à discussão Bourdieu, para quem um campo torna-se tanto mais autônomo quanto mais consegue estabelecer, livremente das forças exercidas por outros campos, as regras do jogo que nele se joga, é preciso refletir sobre o que a mais recente “história de sucesso” de nosso sistema de pós-graduação tem representado de confinamento e alheamento do intelectual, sem que, em contrapartida, esteja-se garantindo a sua autonomia relativamente ao campo econômico. Como já havia anunciado Gramsci, à ampliação numérica e de variedades da categoria dos intelectuais correspondeu à standardização dos indivíduos, tanto na qualificação intelectual como em sua psicologia, determinando a ocorrência dos mesmos fenômenos que atingem outras massas standardizadas, tais como a concorrência, o desemprego e a superprodução escolar etc.

O assim chamado intelectual acadêmico é, predominantemente, um professor universitário. Sendo assim, ou é funcionário público, ou empregado da iniciativa privada dos serviços de educação. Em qualquer um desses casos está sujeito aos mecanismos burocráticos inerentes. Como aponta Mills (1969, p.178), o emprego, como sanção e como censura, passou na era da sociedade de massas a dominar o intelectual, de modo que “a psicologia política do empregado sobressaltado em relação ao futuro se tornou extremamente

importante para compreender o trabalho que realiza”. Se na instituição pública o intelectual acadêmico se encontra mais protegido dos efeitos danosos dos ajustes que as empresas e fundações operam nas relações entre capital e trabalho a fim de se equilibrarem no jogo do mercado e, se ao menos nos interregnos democráticos, suas posições ideológicas não colocam o seu emprego em risco, como no caso do professor de entidade confessional que entra em choque com as convicções do mantenedor, o intelectual acadêmico que é funcionário público está submetido, além do salário que não lhe faz jus, a um sistema de avaliação, registro e recompensas do qual não escapa, e que lhe toma uma boa parte da atenção e do tempo de trabalho. Todos os tipos aqui sumariamente apresentados têm, entretanto, um motivo comum para que percam o sono: a avaliação do sistema.

Não é preciso aqui apresentar cifras para falar do impressionante crescimento do número de programas de pós-graduação no Brasil nas últimas duas décadas, dos vertiginosos índices de multiplicação das titulações e trabalhos acadêmicos de conclusão, dos incontáveis quilômetros cúbicos de livros e periódicos que portam a produção incessante dos docentes e discentes da pós-graduação, todos eles lotando ônibus, aviões e hotéis a cada evento. Vou destacar alguns aspectos inerentes a essa realidade, que apontam para os obstáculos estruturais que precisam ser superados para que o pesquisador da pós-graduação em educação possa aspirar, ou ao menos, ter tempo, para desempenhar o papel apontado por Said em suas mencionadas conferências.

A primeira delas é a mais evidente, por ser particularmente incômoda: por necessidade de avaliar e qualificar o gigantesco sistema que financia, o governo lança mão de complexos processos de avaliação de programas e pesquisadores, posto que os recursos que distribui são disputados por cada vez mais gente e instituições. Adotando a lógica pela qual quem produz mais e melhor deve receber como recompensa mais recursos para produzir ainda mais e melhor, atenuada aqui e ali pela dotação de cotas a fim de amenizar as desigualdades regionais produzidas pela disparidade do contingente de massa crítica, os avaliadores do sistema (alegradamente, nossos pares, mas é preciso fazer aos donos das cadeiras dos comitês mais altos a incômoda pergunta “nós, quem, cara pálida?”), dizia eu, os avaliadores do sistema impingem ao conjunto o mais desenfreado produtivismo. Publique ou pereça é o lema, que, é evidente, aguça a competitividade.

Pressionados pelos avaliadores, os programas pressionam seus docentes, que pressionam seus alunos. Os pesquisadores ainda não amadureceram aquela boa idéia, mas têm de submeter seus artigos antes que termine o ano-base; os professores deixam em seu lugar um monitor, para ministrar as próximas na graduação, porque não podem faltar ao evento internacional... Como acreditam na regulação institucional, nos conselhos e comissões científicas dos eventos, dos periódicos e das editoras, as agências requerem que essa produção seja “qualificada”. Entopem-se, ato imediato, as entradas dos canais “qualificados”, que assim se tornam verdadeiros gargalos, enquanto se esvaziam os veículos que ainda não se qualificaram. Como nos versos de Chico Science, “o de cima sobe / o de baixo, desce” -- qualquer semelhança com a lógica do campo econômico não é uma mera coincidência.

A rotina das temporadas de eventos, do cumprimento de prazos, da elaboração rápida de resumos, comunicações e artigos (mas não de livros, porque eles tomam tempo e não têm muito “valor”) configura o *habitus* técnico (ou do burocrata, no sentido vulgar do termo) de fazer “uso desprovido de imaginação das rotinas de vida e de trabalho preestabelecidas”, o que, para Mills (1969, p.178), “é mais uma forma de bater em retirada do que a orientação intelectual de um homem político”. Outros efeitos imediatos dessas urgências são, além do abandono progressivo de canais e espaços alternativos de manifestação do pensamento, ou seja, o encolhimento do espaço público; a redução do investimento criativo e reflexivo na produção intelectual, obviamente devido ao encurtamento do tempo necessário para a maturação; a dificuldade ou mesmo o desinteresse de manter a boa qualidade das funções docentes, já que, em que pese a retórica que enfatiza a dimensão formativa e o foco no aluno, os atuais instrumentos de avaliação não só dão peso bem maior aos produtos da pesquisa do que à qualidade do exercício docente, como apuram essa última obliquamente, por meio de índices derivados da qualificação dos suportes dos produtos discentes.

A especialização é outro obstáculo que desvia o pesquisador da pós-graduação do lugar que, como intelectual, poderia ocupar. Não se trata, é claro, de negar a necessidade do aprofundamento, da verticalidade das investigações científicas, nem de supor que seja possível, diante da multiplicidade das áreas e especialidades e das torrentes de novas produções que entopem nossas bibliotecas e livrarias, o acesso a um patamar de erudição compatível com o dos homens de letras que precederam essa explosão das fontes e dos produtos da ciência e da arte. Entretanto, cabe observar que hoje vivemos uma situação extrema: cada especialidade do conhecimento conta com milhares de participantes e para cada uma delas foi criada ao menos uma entidade associativa, que realiza periodicamente o seu evento específico. Por sua vez, os eventos mais abrangentes, por áreas do conhecimento, adotam o sistema de grupos de trabalho ou de simpósios temáticos, em que se costumam abrigar aqueles mesmos praticantes de especialidades. Cada vez mais, portanto, é possível falar de um mesmo assunto para um círculo de iniciados; como não há estranhos no recinto, decrescem a zero as oportunidades de debate entre tendências teórico-metodológicas. Permite-se ao diferente que debata o assunto de sua preferência -- obviamente, junto de seus iguais, e na sala ao lado. Ora, para Wallerstein (2008, p.121), o que há de especial e distintivo no papel do intelectual é justamente o fato de que é um generalista, ainda que o alcance de sua competência seja limitado a um domínio específico do conhecimento.

Neste tempo e sob tais condições, cabe indagar a nós mesmos se tem sido possível desempenhar algo parecido com a representação que os autores aqui mencionados fazem do intelectual, ou se de fato estamos confinados às nossas especialidades, cada vez mais estranhas e distantes do público não iniciado e do espaço público, se estamos abrindo mão da incômoda posição de marginalidade pelo benefício de podermos “trabalhar em paz” e pesquisar “aquilo que queremos”, se estamos nos tornando cada vez mais objetivos e científicos e mais alheios à política, se, enfim, estamos deixando a ágora para nos fecharmos na academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DAWKINS, R. *Deus, um delírio*. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

LECLERC, G. *Sociologia dos intelectuais*. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

MILLS, C. W. *A nova classe média (White collar)*. Tradução de Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. As conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu*. A retórica do poder. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.